

INFORMATIVO





ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da costa - 460 anos do Armistício de Iperoígue - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023 ABRIL N° 426

TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO - O HERÓI DE DOURADOS PATRONO DO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS



ntônio João Ribeiro nasceu em Poconé, MT, a 24 de novembro de 1823 e morreu em Dourados a 29 de dezembro de 1864 contando 41 anos. Foi mais um dos militares brasileiros heróis da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). Desde 1980 é o patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) do Exército Brasileiro.

Antônio João era filho de Manoel Ribeiro de Brito e de dona Rita de Campos Maciel. Ingressou nas fileiras do Exército como soldado voluntário em 1841 no Batalhão de Caçadores Nº 12 (12º BC), onde foi promovido a cabo e sargento. Desde cedo, demonstrou desempenho profissional, caráter e dedicação excepcionais.

Promovido a Alferes em 1852, e a Primeiro Tenente, com louvor, em 1860, atingiu assim o oficialato, sendo nomeado comandante da Colônia Militar dos Dourados, na então Província do Mato Grosso. A Colônia Militar de Dourados não era situada na cidade de Dourados, e sim onde hoje fica a cidade de Antônio João.



Ao lado, o Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Na base, a estátua de Antônio João, representado no momento em que foi baleado.

Em dezembro de 1864, como tenente da arma de cavalaria, à frente de um pequeno efetivo de 15 homens, liderou a defesa da colônia diante das tropas invasoras paraguaias, em número muitas vezes maior, sob o comando do major Martin Urbieta. Ao tomar conhecimento da aproximação do inimigo, mandou evacuar os civis e resistiu até sucumbir em combate, derrotado pela fuzilaria paraguaia.

Antes de morrer, enviou ao seu comandante a seguinte mensagem, que se tornou célebre:

"Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria".

Em sua homenagem, foi erguida uma estátua comemorativa desse ato heroico (parte do monumento aos heróis de Laguna e Dourados) na Praia Vermelha (Rio de Janeiro),

como já foi dito acima, junto à Praça General Tibúrcio.

Antônio João também foi homenageado na principal praça de Dourados, é citado no hino de Mato Grosso do Sul e também leva seu nome a cidade onde veio a falecer.

Antônio João honrou bravamente o Corpo de Oficiais do Exército Imperial e devido ao exemplo de comprometimento com a Pátria, demonstração de bravura, grandeza moral e desprendimento com a

própria vida, foi escolhido pela Instituição, por meio do Decreto nº 85.091, de 24 de agosto de 1980, como o Patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) do Exército Brasileiro.

A turma de Sargentos do Exército Brasileiro formada no ano de 1991 na Escola de Sargentos das Armas (EsSA, Três Corações, MG) tem o nome de TURMA TENENTE ANTÔNIO JOÃO, em homenagem ao insigne patrono do QAO.

Em 18 de março de 1934 foi fundado o município de Antônio João, atualmente localizado no estado do Mato Grosso do Sul. Por óbvio, o nome do município é uma homenagem ao tenente Antônio João. Outras homenagens presentes no município são as estátuas de Antônio João.

Em 24 de novembro deste ano de 2023 completam-se 200 anos do nascimento deste herói. Diversos eventos estarão sendo levados a efeito no meio militar e no civil para homenagear este grande brasileiro.

As homenagens estarão concentradas no estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Conforme o arquiteto, urbanista e professor aposentado José Antônio Lemos dos Santos:

Não se trata de exaltar as guerras em episódios ou personagens especiais, mas de celebrar um herói. Heróis existem em cada lado de qualquer contenda ou disputa, assim como covardes ou traidores, a depender do lado por onde são vistos. Herói é aquele que promove ou defende a todo custo, inclusive pessoais, os valores primordiais de seu povo em todas as áreas da ação humana. Em suma, existem heróis nos esportes, na cultura popular, na saúde, na arquitetura, na política, e até nas guerras, embora estas não devessem acontecer, mas aconteçam. Covardes ou traidores são o contrário dos heróis.

Quero falar sobre Antonio João Ribeiro, hoje quase desconhecido, mas um herói brasileiro que defendeu seu país a preço da própria vida em um dos episódios mais dramáticos da Guerra da Tríplice Aliança. Nascido em Poconé (MT) em 24 de novembro de 1823, morreu em Mato Grosso do Sul, na região onde hoje é o município de Antonio João, que o homenageia com seu nome. Neste ano de 2023 são completos exatos 200 anos de seu nascimento e este é o principal motivo deste artigo.

Seu drama ocorreu quando comandava a Colônia Militar de Dourados com uma guarnição de 14 soldados, mais cinco colonos — quatro homens e uma mulher — tendo que enfrentar um cerco de 365 adversários mais equipados. Rejeitou com altivez o ultimato do inimigo para render-se, não fugindo ao embate desigual. Antes do embate enviou mensageiro ao comando superior com sua decisão de defender aquela posição brasileira, ainda que a preço da própria vida. Não se escondeu em gabinetes e foi para a linha de frente onde morreram ele, dois soldados e mais dois colonos. Os demais foram dominados.

A mensagem enviada foi interceptada pelos inimigos. Tão eloquente era o seu texto que mesmo próximo do enfrentamento em luta sangrenta, ficou gravada mesmo na memória dos adversários que a leram, saltando de um texto em um papel dado como extraviado para a história das grandes epopeias brasileiras. Os bravos reconhecem seus iguais e se respeitam mesmo estando em lados opostos. E assim foi.

Em 1980 o Exército Brasileiro consagrou o Tenente Antonio João Ribeiro como um de seus Patronos e construiu na Praia Vermelha, onde se encontram dois dos mais importantes centros de formação militar do Brasil, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército e o Instituto Militar de Engenharia, um monumento em homenagem aos combatentes da Guerra do Paraguai tendo em posição de destaque a figura do ilustre mato-grossense e sul-matogrossense, o poconeano Tenente Antonio João Ribeiro representado no momento em que seu corpo se curva para trás alvejado de morte.

A mensagem enviada a seus superiores e interceptada pelos adversários, era pequena no tamanho e grande no significado. Segundo o site do Exército Brasileiro ela extravasava o inarredável sentimento do dever militar, expresso nas poucas palavras ali colocadas pelo bravo tenente: "Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria".

Vai, de fato, para além do dever militar firmando-se na linguagem cívica brasileira como expressão simbólica da afeição extrema da cidadania pelo seu berço pátrio diante de quaisquer tipos de ameaças que sobre ele paire.

Noticia o jornal "O Progresso", edição de 17.11.2016, no Caderno Dia a Dia, que a Comissão de Revisão Histórica de Dourados, sugere "alterar a data de aniversário de Dourados, comemorada em 20 de dezembro e, de retirar do brasão do município, a frase "Terra de Antonio João".

Prossegue a notícia: "Um grupo de integrantes da própria Comissão de Revisão, também procurou o prefeito Murilo, (...) apresentou, formalmente, um documento com manifestação contrária ao relatório." (sic).

Em 25.08.2009, num artigo, relacionado com o Brasão de Dourados e o Ten Antonio João, escrevi: "...convenhamos caríssimos douradenses, não é lícito grafar no brasão do município de Dourados "DOURADOS – Terra de Antonio João".

É distorcer a verdade e usurpar o direito de POCONÉ, no estado de Mato Grosso, local do nascimento do Tenente Antonio João Ribeiro. O brasão do nosso município confunde a história e induz em erro os menos avisados...".

Hoje penitencio-me pelo que escrevi naquele dia. NÃO É SÓ DOURADOS, O BRASIL INTEIRO É TERRA DE ANTONIO JOÃO RIBEIRO! Para corroborar essa assertiva e corrigir meu anterior entendimento, louvo-me, no livro intitulado "Maldita Guerra", de autoria de Francisco Doratioto, Companhia das Letras, ed. 2002, pág. 104, in verbis:

"Resquin ocupou a localidade de Nioaque (...) Enquanto isso a outra coluna invasora, comandada pelo capitão Martin Urbieta, atacou e conquistou a colônia militar de Dourados (02.01.1865), defendida por apenas dezoito soldados. O comandante brasileiro, tenente Antonio João Ribeiro, ordenou aos colonos - uns cinquenta - que fugissem, e escreveu ao seu chefe, coronel Dias da Silva, que 'sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria'".

O tenente Antonio João Ribeiro tombou, dedicando sua vida à Pátria que defendia - o Brasil! A PÁTRIA DE TODOS OS BRASILEIROS, é a nossa a Pátria que ele defendeu - a guerra era contra o Brasil! - fazendo do seu sangue um protesto solene, contra os invasores do solo da sua Pátria, o Brasil, claro!

Então Poconé (MT), Dourados (hoje MS), ou qualquer outra cidade do Brasil, independente da data da sua fundação - antes ou depois de 02 de janeiro de 1865 - devem homenagear o Ten Antonio João Ribeiro, reconhecendo que qualquer fração do território nacional, é TERRA DE ANTONIO JOÃO, ou melhor terra do Tenente Antonio João Ribeiro, para ser mais claro, homenageando também, o seu nome de família: RIBEIRO.

Assim devemos entender, defender e divulgar o heroico ato do nosso soldado comandante que, com dezoito comandados, enfrentou o exército paraguaio, na guerra que seria chamada de "Tríplice Aliança".

Havemos, ainda, de cobrar dos órgão públicos, mais especificamente da Prefeitura de Dourados, que seja removida a estátua do Tenente onde se encontra, na Praça Antonio Alves Duarte (defronte ao Hospital Evangélico), para a praça que leva seu nome. É um sacrilégio mantê-la abandonada naquele local. Sacrilégio também é tentar remover seu nome do nosso Brasão.

A Prefeitura, com o concurso dos membros da Comissão de Revisão Histórica, favoráveis à manutenção do nome do Tenente Antonio João no brasão de Dourados, consagrando-o como o "Dono da Praça", devem ali edificar um memorial para receber a estátua, que está na praça, Dr. Duarte.

No que tange às comemorações sobre emancipação política de Dourados, transcrevemos a Ata de Instalação do município e quem a assinou. Todos os atos desenrolados no evento estão com a indicação das Leis, que orientaram as cerimônias. Há outras informações interessantes, nas páginas 125/135, do livro de autoria deste articulista, intitulado "O CHORO DOS ANJOS.", ed. 2015.

A propósito da história local que ora debatem, lembro - a bem da verdade - atendendo pedido veemente do saudoso Promotor de Justiça, Ramão Sovierzoski, já no fim da vida, para que eu defendesse o nome correto do nosso Aeroporto: ARLINDO CARDOSO. Atendendo o justo pedido do saudoso amigo, às págs. 131/133 do referido livro (O choro dos anjos), transcrevi a "Lei municipal

nº 375, de 06.12.1963: - Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Dourados autorizado a permutar parte da área do atual aeroporto de Dourados, com área de trezentos hectares da fazenda coqueiro, de propriedade do sr. José Augusto de Mattos, área destinada a construção do aeroporto Arlindo Cardoso".

Ainda autorizado pela Lei municipal 375/1963, por escritura lavrada em 14.11.1972, procedeuse a doação da área ao Ministério da Aeronáutica, então representado pelo Major Brigadeiro do Ar Délio Jardim de Mattos, comandante da Quarta Zona Aérea, o que impede a Prefeitura em mudar o nome de um bem que não lhe pertence. Nessa escritura, uma inverdade: "... área recebida por doação de José Augusto de Matos".

Membro da Academia Douradense de Letras. (josealbertovasco@yahoo.com.br)

Referências

Noticiário do Exército Especial

"Você sabe quem foi Antônio João?" . Consultado em 25 de abril de 2013. Arquivado do original em 14 de março de 2012.

Abaixo, estátua do herói na cidade de Antônio João (324 km sudoeste de Campo Grande) (Fonte: bing imagens)



REFLEXÕES DE SOLDADOS (texto redigido pelos organizadores e distribuído aos presentes no jantar de 31 de março em Porto Alegre)

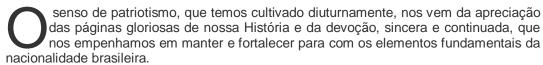
os idos de 1964, mais precisamente em 31 de março, a Nação brasileira vivenciou um contexto político em função do qual foi necessário reagir, para garantir ao seu povo liberdade e autodeterminação. As ameaças à democracia foram então afastadas naquela época. Já nos idos de 1970, a paz ainda não tinha sido plenamente alcançada, e então a Nação exigiu ações de pacificação de seus soldados. Por óbvio, ela foi atendida, pelo menos em parte. Hoje, no século XXI, nos deparamos (quase que diariamente) com diversos outros episódios e tempos intranquilos nos campos político e psicossocial. Os cidadãos em armas, os soldados brasileiros, sabem agir, e tem agido, de forma responsável, serena e profissional face aos obstáculos surgidos e aos que ainda surgirão. Usando a linguagem da Cavalaria, certamente saltarão esses obstáculos com "zero faltas". Sobretudo, estes soldados não podem negligenciar a coesão, porque esta alimenta a camaradagem e a lealdade. Estes soldados dependem da confiança irrestrita da sociedade à qual servem com devoção. Senhores e senhoras, não confiem em acusações levianas motivadas por equívocos e/ou maledicências. Quando acusam os soldados de falta de lealdade para com a Nação é saudável a necessária precaução e cuidado na análise das acusações. No que nos cabe, asseguramos que jamais nos voltaremos contra a Nação e contra o povo. A História nos autoriza.

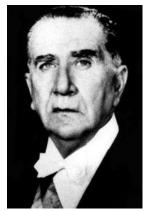
Contra revolução-democrática de 1964 "ORDEM DO DIA DO Gen Cmt DA AMAN" 02 Abr 1964

Gen Bda EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI - Cmt da AMAN

Como é imperativo nas situações de emergência que, por dever de ofício, vez por outra têm de enfrentar as Forças Armadas, a atitude histórica tomada pela Academia Militar das Agulhas Negras foi fruto de acendrado espírito patriótico, de profunda reflexão e do reconhecimento de suas grandes responsabilidades no panorama nacional

Texto completo





A meditação, dedicada à evolução da situação nacional e, muito particularmente, à sua fase aguda, nos foi propiciada pelo interesse em bem servir às legítimas aspirações de nosso povo, pela formação que nos foi proporcionada no ambiente militar brasileiro e pelo equilíbrio que, de regra, soe advir da convicção nos ideais formulados e perseguidos pelos que amam o seu berço natal, a sua família e a sua Pátria.

As responsabilidades da Academia (AMAN) no panorama nacional sempre se nos afiguraram patentes, em face dos anseios que nos norteiam, do trabalho que habitualmente executamos e do muito que, num Exército eminentemente democrático, produzimos dia-a-dia em prol da segurança nacional e do progresso geral do país.

Estes três pontos básicos, meus camaradas, materializam a orientação que, conscientemente e inundados de fervor cívico, seguimos nos últimos dias. Tenho a certeza absoluta de que, ao segui-la, adotei a única direção de atuação que despontava, clara e insofismável, do nosso passado, de nossa presente preocupação com o restabelecimento da Hierarquia e da Disciplina, e de nossos anseios relativos ao futuro. Diante das notícias desencontradas que inundavam o país, na noite de 31 Mar passado, constituí um EM operacional. Coloquei em estado de alerta o CC (Corpo de Cadetes) e dei ordem de prontidão ao BCS (Batalhão de Comando e Serviços).

Com o evoluir dos acontecimentos, ligados a fatos concretos ocorridos em vários Estados da Federação, os planos e as medidas de controle foram sendo aprofundadas e, na madrugada de 1° de abril, por seu Cmt, a Academia declarou-se a favor daqueles que pugnavam pelo restabelecimento, no país, do clima coerente com suas tradições cristãs e com os sentimentos patrióticos da maioria esmagadora do povo brasileiro. Quando o panorama pareceu claro, a mim e a meus colaboradores diretos, não hesitei um instante em declarar a grave decisão que tomara, pois a sabia inteiramente legítima, dada a consciência cívica e o fervor patriótico de meus comandados.

Em decorrência da decisão formulada, empregamos a Cia Gda (Companhia de Guardas) do BCS na vigilância dos pontos críticos em torno de RESENDE, estabelecemos as premissas do controle da localidade e a efetivação das primeiras medidas correlatas e passamos a planejar o emprego do CC.

Na manhã do dia 1°, foram desencadeadas as operações de controle da cidade e as medidas de segurança convenientes. Enquanto isso ocorria, a situação militar se complicava no Vale do Paraíba e, diante da possibilidade efetivamente existente, de tropas do I Exército virem a dominá-lo em todo o território fluminense, só me restou uma atitude a tomar, dentro do quadro geral já traçado: ordenar o emprego imediato do CC na região a E de Resende, em conexão com o 1° BIB (1º Batalhão de Infantaria Blindado, Barra Mansa, RJ) e em ligação com o 5° RI, que avançava de Lorena.

A sorte estava lançada: duas proclamações foram preparadas e divulgadas, ao tempo em que sentia, a cada minuto, crescer o ardor combativo de meus comandados, em todos os postos da hierarquia.

O empenho desassombrado da Academia, na ocupação efetiva do terreno e nos preliminares da luta armada que se desenhava, alcançou repercussão magnífica para a causa que abraçáramos, seja na população civil, seja no seio das próprias tropas com que, provavelmente, nos defrontaríamos. Posso, mesmo, asseverar que nossa atitude se constituiu em fator dos mais decisivos para o rumo que, afinal, vieram a tomar os acontecimentos, no Vale do Paraíba e quiçá no BRASIL, cujo ponto, culminante foi a reunião na Academia, às 1800 horas de ontem, dos dois eminentes chefes militares que detinham os comandos das forças federais em SÃO PAULO e na GUANABARA.

Oficiais, Cadetes, Sargentos, Cabos, Soldados e Funcionários Civis da Academia: nosso dever formal e de consciência foi cumprido com elevação e dignidade. O Exército Brasileiro, democrático e cristão, mais uma vez interveio nas lutas nacionais para restabelecer o rumo adequado a nossos sentimentos e dos postulados de nossa crença cívica.

Todos podem estar tranquilos: o que a Pátria de nós poderia esperar lhe foi dado no momento oportuno e com a abnegação que nos caracteriza, no quadro geral de uma colaboração irrestrita e corajosa que tocou vivamente minha consciência de homem, de cidadão e do soldado. A todos, pois, o agradecimento enternecido da Pátria Brasileira.

Cadetes!

Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos, assim, o sangue jovem do Exército na liça e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba. Mais forte que ela, porém, foram o sentimento de nossas responsabilidades e o conteúdo energético de nosso ideal de, no mais curto espaço de tempo, restaurar os princípios basilares de nossa instituição. Vosso entusiasmo, vosso idealismo imaculado, vossa fé nos destinos do país e vossa dedicação aos misteres militares foram os elementos fiadores da decisão então tomada, que acabou por contribuir de modo ponderável para a solução da crise, em nossa área de operações.

Após 29 anos(*) de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições e pela tranquilidade de nosso país. Vós o fizestes, com pleno sucesso e com admirável galhardia. Que, por isso, a História Pátria lhes reserve uma página consagradora, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo país que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado.

Cadetes: pela História, atingís os umbrais da glória.

(*) Nota do Editor: O Gen Médici se referiu à luta contra a Intentona Comunista de 1935.

A CRIMINOSA LUTA ARMADA NO BRASIL

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva¹ (14 de abril de 2023)

Queríamos um regime à la cubana, embora alguns preferissem o modelo maoista [-] pretendíamos um regime revolucionário, que começaria fuzilando burgueses e latifundiários [-] Essa conversa de democracia é para não ficar muito mal no julgamento da história [-] eles não têm o direito de deformar a história ou mentir. Paulo R. de Almeida (sociólogo e diplomata)².

m 1953, Nikita Khrushov assumiu o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista da URSS (PCUS) e implantou uma nova estratégia para a tomada do poder pelos partidos comunistas filiados ao PCUS, um deles o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em lugar do golpe de estado violento, foi adotada a via pacífica, uma estratégia que combinava: infiltração nos segmentos essenciais da sociedade; subversão política e social por meio de agitação e propaganda; pressões de base - movimentos estudantis, camponeses e sindicais, mídia, praças das Forças Armadas e outros - e de cúpula - partidos, comandos militares, Igreja, empresariado e outros - ficando a violência como golpe final ou segunda opção, se necessário. Essa estratégia foi utilizada no Brasil pela aliança entre o Presidente João Goulart, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, líder do PCB. Prestes chegou a anunciar que o PCB já estava no governo e só lhe faltava o poder, algo verdadeiro à época, haja vista a submissão do governo aos desígnios daquele partido, então ilegal, mas com livre atuação no País. O Movimento Civil-Militar de 31 de março de 1964 desarticulou a tentativa de implantar um governo comuno-sindicalista no Brasil, antessala do regime socialista liberticida, degrau para a consolidação do comunismo. O fracasso do PCB fortaleceu a dissidência à estratégia da via pacífica determinada pelo PCUS. Em 1962, já fora criado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que permaneceu fiel à linha ortodoxa da revolução violenta - modelo maoísta chinês. Com o descrédito no PCB para liderar a revolução, surgiram diversos grupos que optaram pela guerra revolucionária (1966-1977) empregando assaltos,

¹ Antigo Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e do 5º Batalhão de Infantaria Leve Aeromóvel, Membro Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/DF e Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres.

² "Diplomatizzando" - 2012 : https://diplomatizzando.blogspot.com/2012/05/dou-me-o-direito-de-discordar-comissao.html https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf (p. 57).

sequestros, execuções e atentados terroristas. O Manual do Guerrilheiro Urbano (1968), de Carlos Marighela, permite avaliar a violência pregada e adotada pela luta armada: "O guerrilheiro urbano tem que se fazer mais agressivo e violento, girando em torno da sabotagem, terrorismo, expropriações, assaltos, sequestros e execuções"³.

No auge da guerrilha (1968-1973), havia 29 grupos armados no País. Essa fragmentação, a violência insana dos grupos, a falta de apoio da população, o otimismo com o progresso do País, o regime forte que limitara, mas não eliminara as liberdades fundamentais e era apoiado pela Nação explicam o êxito dos órgãos de segurança do Estado na repressão e neutralização da guerra revolucionária. Ela nunca teve apoio político ou financeiro e nem o reconhecimento de nenhuma democracia de que lutasse por liberdade e justiça ou representasse uma parcela, mínima que fosse do povo brasileiro.

Muitos ex-militantes da luta armada atestam seu verdadeiro propósito. Fernando Gabeira disse em 2010:

...é um erro considerar que a militância dele e da presidenciável Dilma Rousseff (PT), em grupos armados durante a ditadura militar (1964-1985), visasse a redemocratização do país [-]. Todos os ex-guerrilheiros dizem que estavam lutando pela democracia. Mas se você examinar o programa que tínhamos naquele momento, queríamos uma ditadura do proletariado [-]⁴.

Quanto a tal propósito, a Lei de Segurança Nacional (LSN) já existente desde 1935, em todas as suas atualizações⁵ até a redemocratização em 1983, capitulava ações como as planejadas e cometidas pela luta armada como crimes contra a segurança nacional. Assim, não houve perseguição política.

O Estado cumpriu sua obrigação de defender a lei, a ordem, as instituições e a paz interna, enfrentando organizações criminosas da esquerda revolucionária apoiada, instruída e orientada pelas matrizes soviética, chinesa e cubana para aqui implantar uma ditadura comunista.

A redemocratização veio a partir de 1978, não por obra da esquerda revolucionária já desmantelada. É um engodo dizê-la vitoriosa porque antigos militantes ocupam, hoje, posições importantes na sociedade. Eles não chegaram ao poder pela força das armas e sim como cidadãos com plenos direitos assegurados na anistia concedida pelo próprio regime em 1979. Derrotados, desistiram da luta armada e se submeteram às normas legais, reintegrandose à sociedade em pleno regime militar e como lhes impuseram a Nação e o Estado. O Brasil caminhou para a democracia, aspiração da sociedade, da oposição legal e dos governos militares e não um país comunista escravizado por um partido único, objetivo da esquerda revolucionária. Aqui, houve anistia e pacificação. Os militantes da luta armada receberam tudo que precisavam para voltar à vida normal com todos os direitos de cidadãos.

Não foram encarcerados ou eliminados num banho de sangue como aconteceu nos países onde a revolução socialista tomou o poder. Que mais queriam? Que o vencedor lhes desse os meios para vingança? Eventuais excessos cometidos por agentes do Estado foram anistiados, assim como os cometidos pelos militantes da luta armada, muitos nunca investigados, julgados ou sentenciados.

Dessa forma, é hipocrisia a condenação moral dos governos militares, por excessos cometidos na reação às guerrilhas, quando feita por ex-militantes e governos esquerdistas que idolatram ditaduras e lideranças criminosas como as de Cuba, Venezuela, Nicarágua e outras; financiam ditaduras marxistas com recursos que deveriam beneficiar o povo brasileiro; concedem asilo a terroristas estrangeiros condenados, mas devolvem fugitivos da ditadura cubana; e financiam o MST e outras organizações violentas, cujas ações resultam, impunemente, em invasões, depredações e vítimas.

É revoltante ver ex-militantes de grupos armados criminosos se apresentarem, maliciosamente, como perseguidos políticos pelo regime militar, para receberem indenizações pagas pela sociedade a quem pretenderam escravizar a uma ditadura totalitária comunista. Perseguidos políticos nunca o foram, mas sim foras da lei investigados pela polícia e julgados pela justiça.

³ https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro urbano.pdf (p. 57)

⁴ UOL: https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/rio-de-janeiro/ultimas-noticias/2010/08/25/gabeira-diz-que-nem-ele-nemdilma-queriam-a-democracia-pela-luta-armada.jhtm

⁵ Ver na internet as LSN: 1935; 1953; 1967; 1969; e 1983. Não foi pesquisada a atualização da LSN de 2021.

ATENÇÃO!!!!

Projeto Museu Nero Moura Link para acesso:

https://youtube.com/@MuseuDaVitória



objetivo deste espaço, Projeto Museu da Vitória - Brig Nero Moura, é futuramente a constituição de um museu para a divulgação de histórias de veteranos de guerra através de seus objetos. Aqui não existe nenhuma conotação ideológica de natureza totalitária, racista, discriminatória ou antidemocrática. Somos apolíticos e focados na história militar e no estudo dos vários aspectos ligados à Militaria (estudo de objetos militares). Não toleraremos manifestações contrárias à nossa filosofia e objetivos.

"Antes o Sol,
Sem eflúvio, sem luz e sem calor
Nos encontre no chão a morrer
Do que vivos sem te defender,
Ó Patria adorada,
Ó Virtudes Militares"!
(anônimo)

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano Presidente da AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

Sites sobre História Militar:

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS:

www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com